

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	313.558
Preferenciais	0
Total	313.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.690.712	1.438.351	760.538
1.01	Ativo Circulante	47.801	37.425	171.459
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.382	5.288	250
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.347	5.017	159.885
1.01.03	Contas a Receber	14.880	17.924	0
1.01.03.01	Clientes	14.880	17.924	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.037	1.250	3.365
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.037	1.250	3.365
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.988	5.533	7.525
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.167	2.413	434
1.01.08.03	Outros	16.167	2.413	434
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	0	89	0
1.01.08.03.02	Outros	935	2.324	434
1.01.08.03.03	Conta Reserva	15.232	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.642.911	1.400.926	589.079
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.857	24.894	17.049
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.713	20.350	12.177
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.713	20.350	12.177
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.921	3.417	4.766
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	106
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	106
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.223	1.127	0
1.02.03	Imobilizado	3.102	4.295	3.594
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.102	4.295	3.594
1.02.04	Intangível	1.623.952	1.371.737	568.436
1.02.04.01	Intangíveis	1.623.952	1.371.737	568.436
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.623.952	1.371.737	568.436

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.690.712	1.438.351	760.538
2.01	Passivo Circulante	1.392.379	931.627	103.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.490	9.225	4.471
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.571	1.316	928
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.919	7.909	3.543
2.01.02	Fornecedores	34.517	81.130	11.429
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.517	81.130	11.429
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.943	5.042	3.432
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.865	2.228	503
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	107	135	86
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.971	2.679	2.843
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.001.043	634.959	77.532
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.001.043	634.959	77.532
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.001.043	634.959	77.532
2.01.05	Outras Obrigações	343.898	201.132	6.613
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	338.594	198.374	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	299.142	146.224	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	39.452	52.150	0
2.01.05.02	Outros	5.304	2.758	6.613
2.01.06	Provisões	488	139	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	488	139	0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	488	139	0
2.02	Passivo Não Circulante	9.641	305.832	440.698
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419	439.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	303.419	439.903
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	303.419	439.903
2.02.02	Outras Obrigações	962	1.987	795
2.02.02.02	Outros	962	1.987	795
2.02.04	Provisões	8.679	426	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.04.02	Outras Provisões	8.679	426	0
2.02.04.02.04	Provisões para Conserva Especial	8.679	426	0
2.03	Patrimônio Líquido	288.692	200.892	216.363
2.03.01	Capital Social Realizado	313.558	240.558	240.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.866	-39.666	-23.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	630.983	958.064	462.823
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-428.862	-883.709	-462.823
3.03	Resultado Bruto	202.121	74.355	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.660	-62.285	-41.266
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.305	-62.221	-41.266
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	645	-64	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	179.461	12.070	-41.266
3.06	Resultado Financeiro	-157.024	-36.272	5.452
3.06.01	Receitas Financeiras	3.694	6.052	11.727
3.06.02	Despesas Financeiras	-160.718	-42.324	-6.275
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.437	-24.202	-35.814
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.637	8.173	12.177
3.08.02	Diferido	-7.637	8.173	12.177
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.800	-16.029	-23.637
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.800	-16.029	-23.637
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	14.800	-16.029	-23.637
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.800	-16.029	-23.637

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	165.400	-21.741	-5.835
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	203.989	-16.672	-5.042
6.01.03	Outros	-38.589	-5.069	-793
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.058	0	0
6.01.03.02	Juros pagos no financiamento	-36.531	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-301.917	-481.247	-734.326
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	137.611	508.026	740.410
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.094	5.038	249
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.288	250	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.382	5.288	250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.04	Transações de Capital com os Sócios	73.000	0	0	0	0	73.000
5.04.01	Aumentos de Capital	73.000	0	0	0	0	73.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.800	0	14.800
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.800	0	14.800
5.07	Saldos Finais	313.558	0	0	-24.866	0	288.692

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.04	Transações de Capital com os Sócios	558	0	0	0	0	558
5.04.01	Aumentos de Capital	558	0	0	0	0	558
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.029	0	-16.029
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.029	0	-16.029
5.07	Saldos Finais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.999	0	0	0	0	239.999
5.04.01	Aumentos de Capital	239.999	0	0	0	0	239.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.637	0	-23.637
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.637	0	-23.637
5.07	Saldos Finais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	662.806	968.876	462.823
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	381.019	130.038	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	281.787	838.838	462.823
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-383.295	-901.770	-489.498
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-281.787	-838.838	-462.823
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-101.508	-62.932	-26.675
7.03	Valor Adicionado Bruto	279.511	67.106	-26.675
7.04	Retenções	-21.973	-10.561	-2.413
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.973	-10.561	-2.413
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	257.538	56.545	-29.088
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.312	6.424	11.740
7.06.02	Receitas Financeiras	3.694	6.052	11.726
7.06.03	Outros	1.618	372	14
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	262.850	62.969	-17.348
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	262.850	62.969	-17.348
7.08.01	Pessoal	39.653	27.450	9.390
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.940	21.423	7.143
7.08.01.02	Benefícios	3.614	4.713	1.867
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.099	1.314	380
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.840	8.763	-10.612
7.08.02.01	Federais	31.006	2.984	-10.612
7.08.02.02	Estaduais	172	142	0
7.08.02.03	Municipais	17.662	5.637	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	159.557	42.785	7.511
7.08.03.01	Juros	157.664	40.375	6.195
7.08.03.02	Aluguéis	1.599	2.239	1.273
7.08.03.03	Outras	294	171	43
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.800	-16.029	-23.637
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.800	-16.029	-23.637

Relatório da Administração

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2017 – A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”) divulga hoje seus resultados do exercício de 2016.

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado de Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação de capacidade da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.2. Destaques

1.2.1. Destaques Financeiros:

Em 15 de fevereiro de 2016 foi celebrado o 1º Aditamento ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0699.1 entre o BNDES e a CRO, que prorrogou os termos finais dos prazos de carência e de utilização de 15/01/2016 para 15/03/2016, e a data de vencimento da parcela única de amortização, de 15/02/2016 para 15/04/2016.

Em 15 de abril de 2016 foi celebrado o 2º Aditamento ao referido contrato, que prorrogou os termos finais dos prazos de carência e de utilização de 15/03/2016 para 15/04/2016, e a data de vencimento da parcela única de amortização, de 15/04/2016 para 08/05/2016. Neste aditivo foi ainda estabelecido um mecanismo de repactuação automática da dívida, por meio do qual os prazos de utilização e carência foram estendidos para 30/06/2016 e o de amortização para 29/07/2016, mediante renovação das cartas de fiança com vigência até 30/08/2016.

Em 22 de julho de 2016 foi celebrado o 3º Aditamento ao referido contrato, que prorrogou a data de vencimento da parcela única de amortização, de 29/07/2016 para 14/11/2016, mediante apresentação da renovação das cartas de fiança até 14/12/2016.

Em 11 de novembro de 2016 foi celebrado o 4º Aditamento ao referido contrato, que prorrogou a data de vencimento da parcela única de amortização, de 14/11/2016 para 25/11/2016 e estabeleceu um mecanismo de

Relatório da Administração

Relatório da Administração

repactuação automática da dívida, por meio do qual o prazo de amortização foi estendido para 15/02/2017, mediante renovação das cartas de fiança. Neste aditivo foi ainda alterada a sistemática de pagamento dos juros e foram inclusas as hipóteses de vencimento antecipado automático da dívida e pagamento espontâneo pelos fiadores.

1.2.2. Destaques de Obra:

Em 20 de março de 2016 encerrou-se o segundo ano da concessão e o primeiro ano de duplicação, conforme definido pelo Contrato. Foram entregues 117,6 km de pista duplicada, 45 km a mais do que os 72,6 km exigidos pelo PER, bem como todas as pontes, viadutos e retornos previstos e necessários à perfeita operação da rodovia entre Itiquira, na divisa de MT/MS, e Rondonópolis, no entroncamento com a BR-364.

Em 17 de junho de 2016 a Concessionária repassou à ANTT o trecho de 174,1 km, compreendido entre o km 130,2 ao 261,9 e km 278,9 ao 321,3 da BR-163/MT, que haviam sido transferidos à Concessionária de forma temporária, para realização dos trabalhos estipulados pelo 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Com duração definida em 9 meses, foram executadas atividades de conservação e recuperação da rodovia, com objetivo de proporcionar mais conforto e segurança aos usuários a partir do atendimento dos parâmetros de desempenho estipulados pela ANTT.

1.2.3. Destaque Operacional:

Durante o terceiro trimestre de 2016 dois serviços de suma importância para a concessão completaram mais um ciclo: em agosto os Serviços de Atendimento ao Usuário completaram seu segundo ano em operação, e em setembro a arrecadação de pedágio completou seu primeiro ano.

Em dois anos de operações foram registradas 228.538 ocorrências no Centro de Controle Operacional (CCO), com destaque para os atendimentos a panes mecânicas e remoção de objetos da pista. Foram ainda registradas 101.314 ligações no telefone de atendimento gratuito (0800 065 0163), principalmente relacionadas a solicitação de auxílio e informações. Estão distribuídos em 18 Bases de Serviços Operacionais, 18 ambulâncias, sendo 5 delas UTIs, 18 guinchos pesados, 18 guinchos leves, 5 caminhões-guindaste, 5 veículos para apreensão de animais, 5 caminhões pipa e 19 inspeções de tráfego, que ficam à disposição dos usuários ao longo do trecho sob concessão.

Com o início do segundo ano de arrecadação veio também a segunda revisão tarifária. A ANTT definiu os termos do reajuste anual da tarifa de pedágio na BR-163/MT e a cobrança dos novos valores começou a vigorar a partir de 06 de setembro, nas nove praças de pedágio. A confirmação em detalhes foi publicada no Diário Oficial da União no dia 5 de setembro. O índice de reajuste definido e aprovado pela ANTT foi de 13,18%, sendo a maior parte referente à inflação no período de 12 meses, que foi de 8,74%. O restante do acréscimo, de 4,44%, foi representado, em sua maior parte pelo bônus referente à entrega de trechos duplicados acima do previsto (45 km) e pelo direito de reequilíbrio decorrente da Lei 13.103 que entrou em vigor a partir de março de 2015. A legislação

Relatório da Administração

Relatório da Administração

isenta a cobrança de eixos suspensos de caminhões vazios e dobra a tolerância do peso por eixo nos veículos comerciais.

1.3. Perspectivas

Com o atendimento da meta anual de duplicação do PER em 20 de março de 2016 (45 km além dos 72,6 exigidos para o ano 1) e a conclusão das obrigações contratuais para início da cobrança do pedágio em 2015 (duplicação de 10%, conclusão da construção das praças de pedágio e a entrega das obras e serviços executados imediatamente após a assunção do contrato para atendimento aos parâmetros definidos no PER), bem como a transferência do trecho de 174,1 km entre Rondonópolis e Cuiabá que voltaram a ser responsabilidade do DNIT em junho de 2016, a CRO concentra seus esforços nas frentes de recuperação do sistema existente, principalmente nos demais trechos que estavam sob a responsabilidade do DNIT e foram assumidos definitivamente pela CRO, como é o caso da conservação e recuperação dos 108,2 km entre o km 353,5 e o km 461,7 da BR-163/MT e as Travessias Urbanas de Rondonópolis, Nova Mutum e Sorriso, trechos estes que apresentavam grande desconforto aos usuários e vinham sendo o principal motivo de reclamações.

A CRO busca financiamento para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão. Como financiamento principal a Concessionária vem negociando um financiamento de Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística (“PIL”). Além do financiamento principal, a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Tráfego

	milhares		
Categoria	2016	2015	Var. (%)
Pesado	78.082	26.621	193%
% Veic. Eq. Pag. Totais	90%	90%	-
Leve	8.850	2.900	205%
% Veic. Eq. Pag. Totais	10%	10%	-
Total Vep.¹	86.931	29.521	194%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes (“VEP”) é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

O tráfego de veículos pagantes realizado em 2016 foi de 86.931 mil veículos equivalentes, 90% deste volume de veículos pesados. O valor é 194% superior ao comparativo com o realizado no ano de 2015 visto que a arrecadação naquele ano foi iniciada apenas em 6 de setembro.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

2.2. Receitas

Descrição	Em milhares de reais		
	2016	2015	Var. (%)
Receita de obra de infraestrutura	281.787	838.838	-66%
Receitas de Pedágio	376.182	122.414	207%
Receitas Acessórias e Outras	5.015	7.624	-34%
Receita Bruta	662.984	968.876	-32%
Tributos sobre serviços de operação	(32.001)	(10.812)	196%
Receita Líquida	630.983	958.064	-34%

A Companhia completou, em setembro de 2016, um ano de arrecadação do pedágio. A receita de pedágio acumulada durante o ano de 2016 gerou R\$ 376.182 mil até 31 de dezembro.

2.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais		
	2016	2015	Var. (%)
Custos dos serviços	(147.075)	(44.871)	228%
Custos de obra de infraestrutura	(281.787)	(838.838)	-66%
Despesas Gerais e Administrativas	(23.305)	(62.221)	-63%

Os custos dos serviços da Companhia somaram R\$ 147.075 mil durante o ano de 2016, valor 228% superior ao total do ano anterior. Importante destacar que 2016 foi o primeiro ano em que ocorreram do início ao fim ambos os serviços de operação e arrecadação.

Os Custos de Obra de Infraestrutura totalizaram R\$ 281.787 mil, apresentando redução de 66% em comparação com o exercício findo em 2015, devido ao abrandamento no ritmo de obras em 2016.

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 23.305 mil, representando um recuo de 63% em relação ao ano de 2015.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

2.4. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	2016	2015	Var. (%)
Resultado líquido do período	14.800	(16.029)	(192%)
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	7.637	(8.173)	(193%)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	157.024	36.272	333%
(+/-) Outras (despesas) receitas	(645)	(408)	58%
(+/-) Depreciação / Amortização	21.972	10.562	108%
(+/-) Provisões	8.212	558	1372%
EBITDA	209.001	22.782	817%

O EBITDA atingiu, no exercício findo em 2016, o montante de R\$ 209.001 mil, registrando aumento de 817% em relação a 2015.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	2016	2015	Var. (%)
Receitas Financeiras	3.694	6.052	-39%
Despesas Financeiras	(160.718)	(42.324)	280%
Resultado Financeiro Líquido	(157.024)	(36.272)	333%

No ano de 2016, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 157.024 mil, registrando variação de 333% ante o ano de 2015. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 3.694 mil em 2016, o que significa uma redução de 39% sobre o ano anterior.

2.6. Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Var. (%)
Dívida Bruta	1.001.043	938.378	7%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(22.961)	(10.305)	123%
Dívida Líquida	978.082	928.073	5%

No exercício findo em 2016, o Endividamento da Companhia apresentou aumento de 5% comparado ao exercício findo em 2015, totalizando R\$ 978.082 mil.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

2.7. Investimentos

Até o final de 2016 os investimentos totalizaram acumulado de R\$ 1.623.952 mil sendo destinados aos trabalhos de recuperação da rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização, à conclusão das obras de duplicação do km 0,00 ao km 117,6, ao sul de Rondonópolis, à recuperação de trechos assumidos definitivamente ou provisoriamente do DNIT, entre outros.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,8 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores nominais).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o ano de 2016 com o efetivo de 693 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI’s com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o ano de 2016 o CCO registrou 119.335 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 68.297 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, caminhões-guindaste e combate a incêndio;
- 45.053 acionamentos para remoção de veículos;
- 4.284 acionamentos para as ambulâncias.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

3.3. Mercado

A BR-163/MT é uma rodovia com papel bastante significativo para o corredor de transporte rodoviário do país, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias do setor agrícola e pecuário. A região é líder na produção de soja, milho e algodão, além de importante região de criação de gado, uma vez que cruza o estado de Mato Grosso, um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos.

O principal motor do crescimento econômico do Estado foi e deve continuar sendo o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista a grande competitividade da produção local, associada ao fato de que o Mato Grosso representa a principal fronteira agrícola do País. Os principais destaques são as cadeias da soja, milho, bovinos e algodão, incluindo a geração de valor adicionado dentro da indústria de alimentos e biocombustíveis.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima criada sob a forma de subsidiária integral de propósito específico, de capital fechado, da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Técnico de Engenharia. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

5. Sustentabilidade

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

A CRO realizou um mapeamento social nos 19 municípios que compõem o trecho sob concessão com objetivo de compreender o entendimento dos stakeholders (representantes dos governos municipal e estadual, poder

Relatório da Administração

Relatório da Administração

legislativo, empresas, comércio, terceiro setor, entidades de classe, ONGs e lideranças comunitárias) a respeito dos temas social, ambiental e econômico para direcionar suas iniciativas de responsabilidade social.

Em 2016 a Companhia deu continuidade a seus principais projetos. O projeto “Rota Segura”, que promove a Semana do Trânsito periodicamente nos municípios em que a rodovia atravessa o perímetro urbano. O projeto tem o objetivo de conscientizar crianças, jovens, adultos e idosos sobre as leis de trânsito e melhores práticas. Em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, a CRO realiza palestras educativas e lúdicas nas empresas, comércio, espaços públicos, escolas e universidades. Para as crianças até 12 anos, é montado um grupo de teatro denominado “Patrulha do Trânsito”. Em 2016 este projeto beneficiou 12.633 pessoas nos municípios de Várzea Grande, Cuiabá, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Rondonópolis e Jaciara, com 60 estabelecimentos atendidos e 79 palestras ministradas.

Para os caminhoneiros, que representam o principal público usuário da BR-163 MT, a CRO deu continuidade ao projeto Parada Legal do Oeste. Trata-se de uma campanha de saúde e segurança, cujo objetivo é reduzir o número de acidentes na rodovia através da conscientização para uma direção segura, cuidados com a saúde e manutenção do veículo. Os eventos de 2016 contaram com serviços de saúde e de bem-estar, além de palestras de educação sobre o trânsito que beneficiaram 2.173 caminhoneiros e familiares nos municípios de Sorriso, Cuiabá e Nova Mutum.

O programa Agente Mirim de Trânsito busca formar crianças conscientes dos seus direitos e deveres, a partir do aprendizado de noções básicas de legislação de trânsito, para que possam influenciar o meio social em que vivem, contribuindo para um trânsito mais seguro hoje e para as gerações futuras. Em 2016 foram 480 Agentes Mirins formados em 11 escolas de Cuiabá e Sinop.

O Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito, promovido pela PRF, conta com o apoio da Companhia. O projeto objetiva sensibilizar e conscientizar a população, em especial, crianças e adolescentes sobre seus direitos e deveres enquanto usuários das vias terrestres, com a finalidade de formar cidadãos comprometidos com a segurança no trânsito e o bom convívio social, por meio das artes cênicas, fomentando a produção cultural e artística no ambiente escolar e a sensibilização dos indivíduos quanto à responsabilidade de todos na construção de um trânsito seguro. Em 2016 foram criadas 51 peças de teatro, por 9.917 crianças e jovens dos municípios de Jaciara, Sinop, Várzea Grande e Cuiabá.

A ação Safra Segura tem o objetivo de levar informações acerca do período da safra aos motoristas de caminhão, contribuindo para prevenção de acidentes de trânsito e educando para a importância da direção defensiva e segura. Foram beneficiados nas edições de 2016, realizadas em Cuiabá e Rondonópolis, 602 motoristas de caminhão, 3 transportadoras e 1 posto de serviços.

Em 2016 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios limieiros no valor de R\$ 29.278 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 22.733 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

5.2. Meio Ambiente

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas (“TI”) da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

A CRO também é responsável pela execução do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBAi) que anteriormente estava sob responsabilidade do DNIT. A CRO vem executando este PBAi, que tem duração de dois anos.

6. Mensagem da Administração

O ano de 2016 foi muito gratificante pelos resultados alcançados. Os trabalhos já realizados transformaram rapidamente a realidade da BR-163 no Mato Grosso. Foram entregues melhorias como a duplicação de trecho de 117,6 quilômetros entre os municípios de Rondonópolis e Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul), a execução de dispositivos para melhoria da fluidez na rodovia, recuperação da pista existente em todo o trecho de 453,9 quilômetros sob responsabilidade da CRO, assunção definitiva da recuperação do trecho de 108,2 km entre Várzea Grande e Rosário Oeste e conservação pelo período de 9 meses do trecho de 171,1 km entre Rondonópolis e Cuiabá (ambos anteriormente sob responsabilidade do DNIT), além da continuidade e melhoria dos serviços de atendimento ao usuário.

No âmbito das operações, a CRO tem o objetivo de dar continuidade aos atendimentos e, com os serviços operacionais prestados, tem a meta de diminuir o índice de acidentes e vítimas que ocorrem na rodovia.

A administração da CRO registra seu agradecimento aos seus integrantes, ao acionista, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, às instituições financeiras que apoiam o programa de investimentos, que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento e a Polícia Rodoviária Federal.

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Conselho de Administração

Renato Ferreira de Mello Junior	Presidente
Paulo Henrique dos Santos Quaresma	Vice-Presidente
Júlio César Duarte Perdigão	Membro titular
Adriano Lima Ferreira	Membro titular
Fernanda de Goes Pittelli Granato	Suplente Presidente
Graziela Galli Ferreira Barioni	Suplente Vice-Presidente
Ana Carolina de Carvalho Farias	Suplente
Marcelo Felberg	Suplente

Diretoria Executiva

Paulo de Meira Lins	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Jackson Lisboa de Carvalho	Diretor Técnico de Engenharia
Marcelo Cardoso Pinto	Diretor Administrativo Financeiro

Contador

Ailton da Silva de Oliveira	CRC 026104/OS-8 BA
-----------------------------	--------------------

Notas Explicativas

1

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Notas Explicativas

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.344.578 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 894.202), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), com vencimentos em 15 de fevereiro de 2017 e 20 de fevereiro de 2017, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas. Para equalizar os efeitos do CCL negativo, a Companhia utilizou os recursos advindos das atividades operacionais da Companhia, os aportes dos acionistas (Nota 21) e os mútuos subordinados contratados (Nota 12), no decorrer do ano de 2016, para equalizar o CCL, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo.

Operação Lava Jato

Em 1º de dezembro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com a Odebrecht S.A., holding do grupo Odebrecht, que detém participação indireta na Companhia, que já foi homologado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF sendo que o Acordo ainda será submetido à homologação pelo juízo competente.

A Odebrecht S.A. se comprometeu em cessar completamente o envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade (compliance) vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprimorados nos termos dos artigos 41 e 42 do Decreto 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia adotou medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) a implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Notas Explicativas

No ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Companhia alterou sua estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao Conselho de Administração da Companhia, bem como criou a função do Chief Compliance Officer, responsável pelo programa de Conformidade. Adicionalmente, a Companhia (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a Companhia é signatária do Pacto Global desde 11 de março de 2016); (ii) está revisando e elaborando novas políticas com apoio de escritório externo de renome internacional (dentre elas, Política Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, entre outras); (iii) está implementando a metodologia de Governança, Riscos e Compliance (“GRC”), o que inclui a criação da área de auditoria interna; (iv) contratou empresa de consultoria para elaborar Matriz de Riscos e Controles para o Grupo, trabalho esse já iniciado; (v) realiza um plano anual de treinamentos das novas políticas e código de conduta; e (vi) está revisando o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

O Acordo está protegido por sigilo e na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em Conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 13 de fevereiro de 2017.

2. Políticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota 3.

Notas Explicativas

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2016, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2016, compreende a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber" (Nota 10) e "Outros ativos".

Notas Explicativas

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de Concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, é registrada como ativo intangível na medida em que o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

Notas Explicativas

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

(ii) *Software*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 15.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) **Provisão para conserva especial**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) **Fornecedores**

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas

l) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

m) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

n) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01-R1

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01-R1, quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão, de acordo com a ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Notas Explicativas

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2016	2015	2016	2015	2016	2015
281.787	838.838	(281.787)	(838.838)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

o) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (“ODB”), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

p) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

Notas Explicativas

10

q) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

r) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

s) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção;
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para primeiro de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Notas Explicativas

11

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.3. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas

12

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Notas Explicativas

13

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	34.517	962
Fornecedores - partes relacionadas	39.452	-
Mútuos - partes relacionadas	299.142	-
Empréstimos e financiamentos	1.001.043	-
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	81.130	1.987
Fornecedores - partes relacionadas	52.166	-
Mútuos - partes relacionadas	146.208	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas refletem os prazos contratualmente pactuados com os credores.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação as taxas de juros, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

14

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%

(*) Fonte: Projeção Banco Caixa Geral - 30/12/2016.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,5%	9,4%	11,3%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Financiamento Ponte BNDES	fev17	Alta TJLP	70.789	71.030	71.069
Empréstimo Ponte CEF	fev17	Alta TJLP	34.886	34.907	34.928

Notas Explicativas

15

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.001.043	938.378
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(6.382)	(5.288)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(1.347)	(5.017)
Conta reserva (Nota 9)	(15.232)	-
Dívida líquida	978.082	928.073
Total do patrimônio líquido	288.692	200.892
Total do capital	1.266.774	1.128.965
Índice de alavancagem financeira - %	77	82

Notas Explicativas

16

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	6.382	5.288
Aplicações financeiras	1.347	5.017	-	-
Conta reserva	15.232	-	-	-
Contas a receber	-	-	14.880	17.924
Outros ativos	-	-	66	2.324
	16.579	5.017	21.328	25.536
Outros passivos financeiros				
			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			1.001.043	938.378
Fornecedores			35.479	83.117
Fornecedores - Partes relacionadas			39.452	52.166
Mútuos - partes relacionadas			299.142	146.208
Contas a pagar			5.304	2.758
			1.380.420	1.222.627

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	14.094	17.654
Receitas acessórias	786	270
Total de contas a receber	14.880	17.924
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	16.579	5.017
	16.579	5.017
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	19	18
Bancos conta movimento	4.726	3.949
Numerários em trânsito	865	784
Fundo de troco	772	537
	6.382	5.288
	22.961	10.305

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa geral	19	18
Bancos conta movimento	4.726	3.949
Numerários em trânsito	865	784
Fundo de troco	772	537
	6.382	5.288

Notas Explicativas

17

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 1.347 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 5.017). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

9. Conta reserva

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiaidores, (ING, Crédit Agricole, Banco do Brasil, Itaú BBA, Banco Pine e Banco ABC Brasil), e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do Empréstimo Ponte junto ao BNDES desde 15 de maio de 2016 e do Empréstimo Ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES em que assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016 no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na Conta Reserva constituída junto aos Bancos Fiaidores.

É permitido que a Companhia aplique os valores depositados no fundo de investimento Itaú TOP Referenciado (banco depositário).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 15.232 para liquidação dos juros do financiamento ponte da CEF, aplicados no fundo de investimento Itaú Top Referenciado remuneradas a taxas que variam entre 99,80% a 101,50% do CDI.

10. Contas a receber

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI")</i>	11.449	12.831
Vale pedágio	2.645	4.823
Receitas acessórias	786	270
	14.880	17.924

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas

18

11. Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a apropriar	5.318	6.475
Despesas com financiamentos e outras	2.591	2.475
	7.909	8.950
Ativo circulante	5.988	5.533
Ativo não circulante	1.921	3.417

12. Partes relacionadas

	Saldos			Transações	
	Ativo	Passivo		Resultado	
		Mútuo	Fornecedores	Serviços prestados	Despesas financeiras
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	-	-	159	-
Construtora Noberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	-	345	1.127	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (iii)	-	-	26.095	95.061	2.055
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	258.425	-	-	32.911
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	-	10.795	13.179	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	2.172	23.783	524
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	40.717	-	-	6.234
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (viii)	-	-	45	216	-
Em 31 de dezembro de 2016	-	299.142	39.452	133.525	41.724
Em 31 de dezembro de 2015	89	146.208	52.166	210.053	-

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a prestação de serviços de apoio ao *software* de gestão financeira (sistema administrativo-financeiro), pela Odebrecht Ambiental S.A.;
- (ii) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO;
- (iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (turn-key lump sum), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OEI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assinatura da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OEI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

19

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$ 26.095 referente aos serviços de construção da infraestrutura e o montante de R\$ 2.055 registrados em despesas financeiras, refere-se a juros por atraso nos pagamentos à OECI.

(iv)

Data do contrato	Nota	Vencimento	Taxa de remuneração	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
30/12/2015	(a)	28/06/2017	125% do CDI	173.851	146.208
23/02/2016	(b)	28/06/2017	125% do CDI	22.245	-
14/03/2016	(b)	28/06/2017	125% do CDI	17.390	-
28/03/2016	(b)	28/06/2017	125% do CDI	23.038	-
08/07/2016	(c)	28/06/2017	125% do CDI	21.901	-
				258.425	146.208

- (a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- (b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de Cessão de Créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- (c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Os vencimentos dos mútuos são renováveis automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na Rodovia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 32.911 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

Notas Explicativas

- (v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o Termo de Distrato e Encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um Acordo de Rateio de Despesas com a ODBVias e CRB para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou Contrato de Elaboração de Projetos de Engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de Engenharia para elaboração e desenvolvimento de Anteprojetos, Projetos Executivos para as obras de Fluidez da Rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento, Acompanhamento, Qualificação e Consultoria de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Este contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas Ordens de Serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas Ordens de Serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. A remuneração Mediante Aprovação de Orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

Notas Explicativas

21

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrado o montante de R\$ 23.783. Não há garantias previstas neste contrato.

(vii)

Data de liberação	Vencimento (*)	Taxa de remuneração	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
24/06/2016	30/06/2017	125% do CDI	40.717	-
			40.717	-

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 6.234 de juros sobre o contrato de mútuo.

(viii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, totalizaram os montantes de R\$ 3.400 e R\$ 3.230, respectivamente:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Salários	2.825	2.676
Encargos	565	535
Previdência complementar	10	14
Outros	-	5
	3.400	3.230

c) Participação no lucros e resultados

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 4.452 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.890) (Nota 17).

Notas Explicativas

22

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	22.163	14.648
Resultado pré-operacional	22.162	28.345
Juros, IOF e custos de transação capitalizados	(31.612)	(22.643)
	12.713	20.350

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	-	7.918
2017	1.458	3.961
2018	13.580	-
2019	2.820	-
2020 em diante	4.305	8.471
	22.163	20.350

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

14. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	882	1.215	573	1.754	1.654	6.078
Depreciação/exaustão	(69)	(224)	(98)	(519)	(873)	(1.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	813	991	475	1.235	781	4.295
Aquisições	16	142	10	166	33	367
Depreciação	(136)	(261)	(67)	(356)	(679)	(1.499)
Baixa líquida	-	-	(2)	(59)	-	(61)
Saldo contábil	693	872	416	986	135	3.102
Custo	898	1.357	583	1.818	1.687	6.343
Depreciação/exaustão acumulada	(205)	(485)	(167)	(832)	(1.552)	(3.241)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	693	872	416	986	135	3.102
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do exercício, conforme Notas 23 e 24.

Notas Explicativas

15. Intangível**Infraestrutura**

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	614	15.556	1.366.437	307	1.382.914
Transferências	556.053	47.602	129.800	(733.455)	-	-
Amortização	(5.928)	(809)	(4.376)	-	(64)	(11.177)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	550.125	47.407	140.980	632.982	243	1.371.737
Aquisições	-	178	-	238.118	62	238.358
Transferências	190.301	18.743	393.607	(602.651)	-	-
Encargos capitalizados	-	-	-	35.303	-	35.303
Amortização	(10.691)	(1.009)	(8.708)	-	(66)	(20.474)
Baixas, líquidas de amortização	-	(11)	(961)	-	-	(972)
Saldo contábil	729.735	65.308	524.918	303.752	239	1.623.952
Custo	746.354	67.119	537.561	303.752	369	1.655.155
Amortização	(16.619)	(1.811)	(12.643)	-	(130)	(31.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	729.735	65.308	524.918	303.752	239	1.623.952
Taxas anuais de amortização (%) (*)						20

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do exercício, conforme Notas 23 e 24.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro 2016, refere-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de Concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

Notas Explicativas

24

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 35.282 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 R\$ 37.347).

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	666.155	640.806
Empréstimo Caixa Economica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	342.470	307.860
Custos de captação a amortizar (d)	R\$		(7.582)	(10.288)
			1.001.043	938.378
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			659.645	634.959
Empréstimo Caixa Economica Federal			341.398	-
			1.001.043	634.959
Passivo não circulante				
Empréstimo Caixa Economica Federal			-	303.419
Passivo não circulante			-	303.419

Notas Explicativas

25

a) Movimentação

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo no final do exercício	938.378	517.435
Captações	-	450.000
Pagamento de empréstimos	-	(75.000)
Juros provisionados	96.490	56.377
Juros pagos	(36.531)	(5.069)
Custo de transação	(46.389)	(19.069)
Amortização do custo de transação	49.095	13.704
Saldo final do exercício	1.001.043	938.378

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo, R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 8 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do Contrato de Prestação de Garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do Contrato de Prestação de Garantias juntos aos Bancos Fiadores, em que foi prevista a constituição de uma Conta Reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016 (Nota 9). Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Notas Explicativas

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016 no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na Conta Reserva constituída junto aos Bancos Fiadores.

O saldo atualizado dos contratos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 666.155.

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento n°. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, o vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do Empréstimo Ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

O saldo atualizado do contrato em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 342.470.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	CEF	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	4.441	5.847	10.288	4.747
Custos incorridos	339	46.050	46.389	19.066
(-) Amortizações	(3.708)	(45.387)	(49.095)	(13.525)
Saldo no final do exercício	1.072	6.510	7.582	10.288

Notas Explicativas

27

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“Fiadores”). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos Fiadores perante o Contrato de Prestação de Garantias. Esta fiança garante aos Fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do Contrato de Prestação de Garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Encargos sociais e trabalhistas	4.007	4.233
Benefícios a empregados	31	102
Participação nos lucros e resultados	4.452	4.890
	8.490	9.225

18. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a pagar	377	607
Verbas do contrato de concessão	3.804	2.146
Outras contas a pagar	1.123	5
	5.304	2.758

19. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reclamações cíveis	433	139
Outras	55	-
	488	139

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 5.642 em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 660).

Notas Explicativas

28

20. Provisão para conserva especial

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 8.679 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 426) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos, descontados a valor presente de 13,30% a.a. (31 de dezembro de 2015 - 13,24% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 21 de julho de 2016, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 67.000, mediante emissão de 67.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, os aportes foram realizados pela acionista ODBVias em 04 de julho de 2016, no montante de R\$ 4.000 e em 11 de julho de 2016, no montante de R\$ 63.000.

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 6.000, mediante emissão de 6.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados em moeda corrente nacional, realizados pela acionista ODBVias.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 313.558, representado por 313.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

22. Receita líquida

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	281.787	838.838
Receitas em numerário	142.209	51.095
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	146.274	40.466
Receitas de vale pedágio (iii)	87.699	30.617
Receitas acessórias (*)	4.481	7.627
Outras receitas de pedágio	534	233
Receita de operação	381.197	130.038
Receita total	662.984	968.876
Tributos sobre serviços de operação	(31.822)	(10.812)
Outras deduções	(179)	-
	630.983	958.064

(*) Em 31 de dezembro de 2015 as receitas acessórias foram demonstradas em outras receitas de pedágio. O ajuste no quadro acima foi feito para melhor apresentação da nota.

(i) A Companhia reconheceu, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, R\$ 281.787 e R\$ 838.838, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

Notas Explicativas

29

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“*Automatic Vehicle Identification*”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

23. Custo dos serviços

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Depreciação e amortização	(20.848)	(5.602)
Salários e encargos	(33.781)	(13.394)
Gastos gerais	(22.538)	(7.743)
Serviços de terceiros	(52.740)	(14.413)
Seguros	(4.437)	(1.416)
Provisão para conserva especial	(7.862)	-
Materiais	(3.821)	(1.799)
Aluguéis	(1.048)	(504)
	(147.075)	(44.871)
Custo de construção ICPC 01-R1	(281.787)	(838.838)
	(428.862)	(883.709)

24. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Salários e encargos	(12.211)	(18.945)
Serviços de terceiros	(4.230)	(20.320)
Depreciação e amortização	(1.125)	(4.959)
Materiais e equipamentos	(1.102)	(5.859)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.465)	(414)
Despesas com viagens	(762)	(551)
Provisão para contingências	(351)	(138)
Gastos gerais	(2.059)	(11.035)
	(23.305)	(62.221)

Notas Explicativas

30

25. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(69.873)	(27.359)
Juros sobre mútuos	(39.145)	-
Custos de transação	(40.761)	-
Juros sobre atraso	(7.177)	(11.305)
IOF	(2.653)	-
Ajuste a valor presente	(391)	-
Outras	(718)	(3.660)
	(160.718)	(42.324)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.438	5.653
Outras	256	399
	3.694	6.052
Resultado financeiro, líquido	(157.024)	(36.272)

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	22.437	(24.202)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(7.605)	8.229
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(32)	(56)
Efeito IR e CSLL no resultado	(7.637)	8.173
IR e CSLL corrente (reversão)	-	-
IR e CSLL diferido	(7.637)	8.173
Total de IR e CSLL diferidos	(7.637)	8.173

27. Lucro (prejuízo) por ação**Básico**

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro (prejuízo) do exercício	14.800	(16.029)
Quantidade média ponderada de ações	270.002	240.246
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	54,81	(66,72)

Notas Explicativas

31

28. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores	39.057	(120.792)
Partes relacionadas	16.010	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	55.067	(120.792)
Aquisição de ativo intangível	(55.067)	120.792
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(55.067)	120.792

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: (i) seguro de danos materiais; (ii) seguro de responsabilidade civil e (iii) seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Risco de engenharia + ALOP	3.037.621	mai/15 a mar/19
Garantia de concessões públicas	326.169	fev/16 a mar/17
Risco operacional	330.417	jun/16 a jun/17
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000	mai/14 a mar/19
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/16 a abr/17
Responsabilidade civil	60.000	jun/16 a jun/17
Seguro de veículos	(*)	out/16 a set/17

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

30. Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2017, a Companhia liquidou juros do Empréstimo Ponte junto ao BNDES no montante de R\$ 5.373.

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou extensão do prazo do Contrato de financiamento do BNDES e todos os demais atos necessários e relacionados ao contrato, mediante assinatura de Ata de Reunião do Conselho de Administração.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em

R\$ 1.344.578 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, a Companhia encontra-se em negociação com instituições financeiras para a contratação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação. A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia e de seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto, e nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento das receitas de pedágios

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA: Conforme apresentado na nota explicativa nº1, a Companhia explora pelo regime de concessão trechos da BR 163/MT e da BR 070/MT, para os quais é remunerada pela cobrança de tarifas de pedágios aos usuários. O alto fluxo de transações e a sistemática de cobrança requerem que a Companhia possua controles operacionais implementados de forma a capturar adequadamente os valores provenientes dos pagamentos realizados, sejam eles em espécie ou através dos meios de pagamentos eletrônicos. A Companhia apresenta informações sobre a mensuração e reconhecimento das receitas provenientes da cobrança de pedágios nas Notas Explicativas nº: 2.2 n(i) e 22.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram avaliação dos controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento e mensuração de tais receitas e testes de controles e procedimentos analíticos substantivos. Os principais procedimentos efetuados, entre outros testes, foram: i) confirmação externa dos valores a receber dos meios de pagamentos eletrônicos; ii) teste dos controles chaves de reconhecimento e mensuração de receitas com base em amostragem; e iii) testes documentais para validação dos valores reconhecidos no período.

Ativo intangível – Reconhecimento inicial do custo

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA: Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.2, item i (i), a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sobre Concessão, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01. Esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos.

As adições desses gastos realizadas no ativo intangível repercutem na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa 2.2 n (ii). O registro indevido de ativos no intangível pode apresentar risco significativo de distorções materiais nas demonstrações contábeis. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa nº15 e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas nº 22 e nº23, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base a amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível.

Empréstimos e financiamentos

Porque foi tratado como PAA: Conforme apresentado na Nota Explicativa nº16, parte substancial dos recursos para financiamento dos investimentos necessários para desenvolvimento das atividades da Companhia são oriundos de financiamentos e empréstimos de terceiros. Este tema foi considerado um PAA, devido sua representatividade em relação às demonstrações contábeis da Companhia, R\$ 1.001.043 em 31 de dezembro de 2016, e que, a eventual não conformidade com os valores, prazos e encargos dos respectivos contratos, pode representar risco significativo de distorções materiais nas demonstrações contábeis, e/ou implicar em divulgações adicionais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros: uma avaliação dos controles internos implementados pela Administração para controle e reconhecimento dos passivos oriundos de empréstimos e financiamentos, debêntures, e outras linhas de financiamento, checagem da movimentação de novas capitalização e amortizações, recálculos dos encargos financeiros, análise da apropriada classificação entre passivo circulante e não circulante, confirmação dos saldos, encargos, cláusulas contratuais junto às instituições financeiras credoras e análise e teste sobre as divulgações requeridas a serem divulgadas às demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de fevereiro de 2017.

Nelson Fernandes Barreto Filho

CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2017.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Marcelo Cardoso Pinto

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2017.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Marcelo Cardoso Pinto

Diretor Administrativo Financeiro